

# JE

# Jornal dos Economistas

Nº 318 Janeiro de 2016

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

## Economia brasileira em 2016



Marcio Pochmann, Antonio Corrêa de Lacerda, Victor Leonardo de Araujo, Denise Lobato Gentil, A. Sérgio Barroso e Fórum Popular do Orçamento discorrem sobre os cenários para a economia do país

**Artigo de Carlos Tautz sobre a cooperação das empresas com a ditadura relata atuação da Volkswagen**

Página 13

## A Economia do Brasil em 2016

Depois do problemático ano de 2015, os olhos voltam-se para 2016. A recessão e seus efeitos nefastos se aprofundarão ou veremos uma retomada da atividade econômica? O governo federal manterá a política econômica do ano passado ou haverá uma inflexão?

Marcio Pochmann, da Unicamp, indaga no seu artigo se a recente mudança em parte da equipe econômica representa uma nova orientação na condução da política econômica no sentido de livrar o país da dominância financeira e permitir a retomada do crescimento econômico.

Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, ressalta em artigo a importância da diminuição da desigualdade de renda e a necessidade de o Brasil ter um projeto de desenvolvimento de longo prazo.

O artigo a quatro mãos de Victor Leonardo de Araujo, da UFF, e Denise Lobato Gentil, da UFRJ, aponta que a superação da crise econômica requer que o Estado brasileiro retome sua capacidade de comandar o gasto público, o que depende, acima de tudo, de uma forte redução das despesas financeiras.

A. Sérgio Barroso, da Fundação Maurício Grabois, alerta em artigo que adequações na política econômica brasileira devem considerar a evolução do capitalismo global, marcado pela mudança tecnológica e pelo foco em estruturas flexíveis e no controle sobre ativos intangíveis.

O Fórum Popular do Orçamento faz um balanço das finanças do município do Rio de Janeiro desde 2009 e aponta previsões para 2016. A atual política de austeridade fiscal do governo federal já causou impactos negativos em 2015, situação que deve se manter ou agravar em 2016.

Fora do bloco temático, o artigo de Carlos Tautz, do Mais Democracia, analisa a participação dos grupos econômicos nacionais e internacionais na ditadura militar brasileira a partir da atuação da montadora alemã Volkswagen.

## Sumário

Economia em 2016 .....	<b>3</b>
<i>Marcio Pochmann</i>	
<b>Travessia?</b>	
Economia em 2016 .....	<b>5</b>
<i>Antonio Corrêa de Lacerda</i>	
<b>O que esperar para os próximos anos</b>	
Economia em 2016 .....	<b>7</b>
<i>Victor Leonardo de Araujo e Denise Lobato Gentil</i>	
<b>O preço da disciplina</b>	
Economia em 2016 .....	<b>9</b>
<i>A. Sérgio Barroso</i>	
<b>O desenvolvimento travado</b>	
Fórum Popular do Orçamento .....	<b>11</b>
<b>2016: decifra-me ou te devoro</b>	
Ditadura e setor privado.....	<b>13</b>
<i>Carlos Tautz</i>	
<b>1964, um golpe de classe contra o Brasil</b>	
Corecon-RJ inicia em janeiro curso .....	<b>16</b>
<b>preparatório para mestrados em Economia</b>	
<b>Agenda de cursos 2016</b>	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br) ou [www.radiolivream.com.br](http://www.radiolivream.com.br)

**JE** Jornal dos  
**Economistas**

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques ([rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com)). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906  
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106  
Correio eletrônico: [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitiz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

### Mandato – 2014/2017

**Coordenação de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascountto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva

**Coordenação de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

**Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.

**Conselho Fiscal:** Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

# Travessia?

Marcio Pochmann\*

**A** mudança em parte da equipe econômica no final do primeiro ano do segundo governo da presidente Dilma acresce elemento adicional às perspectivas para 2016. Tratar-se-ia de uma nova reorientação na condução da política econômica implementada desde o final de 2014 ou a sua continuidade, agora sem a presença de um dos representantes do programa econômico derrotado nas últimas eleições presidenciais?

As respostas a esta e outras curiosidades a respeito das possibilidades do ambiente econômico e político somente serão conhecidas com o avanço dos meses de 2016. De todo modo, sabe-se que a opção de política econômica adotada em 2015 trazia embutida uma recessão que se prolongaria por mais de um ou dois anos em função do intenso choque monetário, cambial e fiscal.

Recorda-se que nas eleições presidenciais de 2014, a defesa do retorno das políticas neoliberais da era dos Fernandos (Collor e Cardoso) não estava centrada apenas na campanha de Aécio, uma vez que se fez presente em outras candidaturas. Alguns partidos e personalidades políticas de expressão que haviam estado no lado oposto da privatização, da desregulamentação do trabalho, da abertura comercial, entre outras medidas adotadas nos anos de 1990, passaram a convergir com o receituário neoliberal no ano passado.

Mais uma vez, a quarta seguida desde 2002, a pauta do retiro econômico e social foi recusada pela maioria dos brasi-

leiros. Apesar disso, a mobilização em torno da retomada neoliberal prosseguiu ativa, com a formação de uma maioria liberal na economia e conservadora na política e valores no Congresso Nacional.

Exemplo disso foi o diagnóstico que se impôs a respeito da razão da crise que abalou o crescimento econômico atual no Brasil. Ao longo de 2015, as teses liberais-conservadoras de defesa do programa neoliberal ganharam cada vez mais expressão.

Em síntese, o entendimento era que o capitalismo brasileiro refluxiu do ciclo de expansão dos anos 2000 diante do aperto nos lucros dos empresários (*profit squeeze*) provocado pelo aumento do custo do trabalho acima da produtividade. Na tentativa de compensar a queda na rentabilidade dos negócios produtivos, as empresas buscaram elevar, sempre que possível, a margem de lucro sobre os custos de produção, implicando inflação equivalente à banda superior da meta estabelecida.

Com isso, os preços administrados, como de combustíveis, energia elétrica e outros, foram sendo represetados. Ao invés de alargar a meta de inflação passível de acomodar a mudança nos preços relativos com a liberação gradual dos preços administrados, a equipe econômica optou por seguir na alta dos juros, buscando evitar maior contaminação na inflação.

Mas a elevação da taxa básica de juros foi vital para diminuir ainda mais o nível da atividade econômica, atingindo rapidamente o emprego e consumo dos trabalhadores. Em consequência, a arrecadação tributária caiu mais



rapidamente do que a capacidade do governo de cortar o conjunto dos gastos públicos.

A revisão da política de desoneração e mudanças em determinadas despesas eram aguardadas diante da desaceleração na arrecadação fiscal frente à queda nos preços das commodities, como petróleo e minérios. Também o baixo dinamismo econômico dos primeiros anos de 2010 apontava menor capacidade arrecadatória.

Combinado com a recessão, o déficit público tornou-se crescente, aprofundando o endividamento público e as despesas com pagamento dos juros em mais de 3% percentuais do PIB, retroalimentando o ciclo recessivo da economia. De um lado, os ministérios da Fazenda e Planejamento seguiam cortando gastos e buscando elevar receitas públicas, enquanto o Banco Central provocava ganância como nos velhos tempos neoliberais.

Com a desvalorização cambial, a resposta do lado externo não tardaria a surgir, amenizando a dependência estrangeira de recursos

financeiros para fechar o Balanço de Pagamentos. Diante da queda mais intensa das importações frente às exportações, o superávit comercial reapareceu, assim como encurtou as transferências na conta externa dos serviços. Para 2016, o superávit comercial pode ser ainda melhor, mas não se sabe se será suficiente para compensar o tombo no mercado interno.

A menos que o diagnóstico neoliberal esteja correto. Ou seja, a queda no custo do trabalho permitiria fortalecer a hipótese de que, assim, os lucros dos capitais aplicados no Brasil poderiam crescer mais, motivando a expansão das atividades econômicas. Isso porque o salário direto recebido pelo trabalhador sofreu importante inflexão, com a queda imposta pela força da maior concorrência no interior do mercado de trabalho diante do aumento no desemprego e da menor barganha dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Como não atinge imediatamente o salário indireto (ganhos de renda devido às garantias sociais indexadas ao valor do salário mínimo nacional), o discurso político liberal-conservador tornou-se ainda mais forte na defesa da redução do Estado, sobretudo, nos direitos dos trabalhadores. O rebaixamento dos direitos trabalhistas inscritos na Constituição de 1988 tem sido identificado como forma de o Brasil sair da crise por meio da contenção dos gastos com saúde, educação, assistência e previdência social.

Se a altíssima taxa de juros torna imbatível o ganho financeiro ao lucro da produção, o ajuste fis-





cal desestimula o consumo e o investimento pelo mercado interno. Seria possível a desvalorização cambial, ainda que necessária, ser suficiente para reativar a economia apenas pelo comércio externo?

Sem mudar o viés neoliberal, de que o problema brasileiro é fiscal, travessia alguma será possível. Somente no ano de 2015, os rentistas – que representam menos de 1% da população – apropriaram-se de quase a metade de todo o orçamento do governo federal.

Por conta da recessão, os 99% restantes da população tenderam a conviver com a redução nominal do PIB, estimada em 745,3 bilhões de reais em 2015, enquanto o 1% mais rico recebeu como

ganho financeiro 484 bilhões de reais adicionais devido à alta dos juros. A dominância dos gastos financeiros respondeu por 94% de todo o déficit público nominal do ano passado.

Ademais de comprometer o funcionamento do Estado, uma vez que representa o desvio crescente dos recursos que deveriam ser aplicados nas despesas públicas, como nas áreas sociais e investimento, a altíssima taxa de juros inviabiliza o crescimento econômico e eleva o custo de produção do setor produtivo. Dessa forma, a dominância financeira gera recessão econômica e mais inflação.

Os resultados colhidos em 2015 foram frustrantes. A econo-

mia brasileira deve ter recuado entre 3 a 4% em relação ao ano passado, assim como a inflação foi quase 6% maior que a de 2014. Ao abandonar a trajetória da política econômica anterior, aceitando o diagnóstico da oposição e passando a governar com o programa dos perdedores, o Brasil terminou por confirmar posteriormente o vaticínio neoliberal.

Não há saídas positivas sem a retomada do crescimento econômico, desprendendo-se radicalmente da dominância financeira. Com a atual taxa básica de juros praticada insistentemente pelo Banco Central, dificilmente a atividade produtiva obterá retorno positivo, capaz de competir com

a dominância financeira. Salvo as atividades ilegais.

Desde 2011 que os ganhos financeiros vêm proporcionando retornos positivos e maiores do que aqueles provenientes das atividades produtivas, pelo menos de uma amostra de empresas que considera as maiores companhias de capital aberto e fechado que operam no Brasil. Enquanto entre 2011 e 2015 a taxa de retorno das atividades produtivas decresceu 89,7%, em média, o ganho financeiro subiu 39,8% no mesmo período.

O movimento contrário ocorreu justamente na segunda metade dos anos 2000. Enquanto a taxa de retorno nas atividades produtivas caiu 4,1%, em média, entre os anos de 2006 e 2010, os ganhos financeiros foram reduzidos em 35,9%.

Nesse sentido, não pode haver dúvidas de que, se houve algum tipo de ensaio desenvolvimentista, ele pode ter ocorrido no segundo mandato do presidente Lula (2006-10). Mesmo assim, com taxas de retorno levemente decrescentes nas atividades produtivas ante a queda brusca nos ganhos financeiros.

Apesar dos esforços da presidente Dilma em defender o crescimento econômico em seu primeiro mandato, a taxa de retorno das atividades produtivas caiu aceleradamente – uma queda de 73,9% entre 2001 e 2014. Com a recessão em 2015, a queda na taxa de retorno das atividades produtivas desabou (33,1%).

Paralelamente, os ganhos financeiros aumentaram 11,2% entre 2011 e 2014. A dominância financeira imbatível em 2015 estaria com os dias contados em 2016?

\* É professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas.

# O que esperar para os próximos anos

Antonio Corrêa de Lacerda\*

**A** retomada do desenvolvimento se apresenta como um dos grandes desafios para a sociedade brasileira neste início do século XXI. Depois de um período de expansão da renda e diminuição da desigualdade na primeira década deste século, fortemente influenciada pelo desempenho da economia mundial e da elevação dos preços das commodities, nos vemos novamente diante da recessão e seus reflexos.

A expansão da renda média dos brasileiros, genericamente definida pelo PIB per capita, é um dos indicadores relevantes para a medição da qualidade de vida. Há, no entanto, um outro desafio crucial, no nosso caso, que é a diminuição da desigualdade e melhora da distribuição de renda. Como pré-requisito, portanto, a questão é garantir o crescimento do PIB per capita real, o que somente ocorre na medida em que o crescimento da economia é maior que o crescimento populacional. Esse indicador, que cresceu 2,8% ao ano na média de 2003 a 2010, caiu para 1,2% a.a. no período 2011-2014 e deverá retroceder em 2015 e 2016, considerando-se os impactos da recessão que vivenciamos e as projeções de desempenho do crescimento populacional.

Mantendo um crescendo médio de 2,8% a.a., como de 2003 a 2010, o PIB per capita brasileiro dobra a cada 26 anos, o que nos aproximaria dos níveis atuais de países mais desenvolvidos. Do contrário, crescendo apenas 1,2% a.a., como de 2011 a 2014, dobrá-lo demandaria 59 anos. A situa-

ção conjuntural é ainda mais grave, com a queda no PIB per capita.

O desempenho 2003-2010 somente foi possível mediante condições internacionais extremamente favoráveis, como o crescimento chinês próximo de 10% ao ano, o que proporcionou que os preços das commodities quase dobrassem no período. Isso garantiu renda ao Brasil, favorecendo o crescimento do PIB, da renda e do emprego. Porém, o quadro internacional atual é desfavorável e o cenário doméstico contempla os impactos negativos da Operação Lava-Jato e as políticas monetária e fiscal restritivas, causando a deterioração nas expectativas dos agentes econômicos, além dos efeitos da crise política.

Além disso, vários dos instrumentos que foram utilizados para incentivar o mercado doméstico, sobretudo após a eclosão da crise de 2008, encontram-se esgotados ou limitados (expansão dos gastos públicos, financiamento via bancos públicos, crédito ao consumidor, etc.). A oportunidade de expansão, portanto, se dará via maiores investimentos em infraestrutura, fator sabidamente possuidor de enorme demanda reprimida, além de crescimento das exportações, em especial aquelas de maior valor agregado. A retomada da expansão do mercado doméstico requer uma outra estrutura de oferta de crédito, por exemplo, com taxas de juros mais favoráveis, o que ainda está longe de ocorrer.

Ademais, deve-se considerar que o Brasil hoje tem um crescimento populacional médio de 0,8% a.a., bem abaixo dos 3% da década de 1960/70. Ou seja, a ta-

xa de crescimento populacional vem apresentando e deverá continuar registrando uma tendência de queda. Logo, em tese, o crescimento do PIB necessário é menor para elevar o per capita. Portanto, sob um outro ponto de vista, no futuro próximo o crescimento populacional deverá ter um menor impacto potencial no crescimento do mercado, portanto do nível de atividades. Ou seja, será preciso crescer e produzir mais, sem o acréscimo da população, portanto, com maior produtividade.

Ressalte-se que, como já apontado, o indicador do PIB per capita é uma medida limitada e não adequada para medir grau de concentração e de desigualdade de renda da população. Como é uma média, resultado da relação entre o PIB e a população, o PIB per capita pode crescer mesmo com uma maior concentração de renda e, assim, elevar o grau de desigualdade. Portanto, não basta apenas elevar o PIB per capita em termos reais. É preciso atrelar esse aumento a avanços sociais, como, por exemplo, uma melhora da distribuição de renda e uma queda dos níveis de pobreza.

Daí a importância de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que contemple políticas de Estado. A estrutura da economia brasileira não pode abrir mão da reindustrialização como fator de desenvolvimento. Não se trata de incentivá-la em detrimento dos demais setores, o complexo agromineral e os serviços, mas de intensificar a integração entre os três, aproveitando e agregando sinergias.

Como fator de estímulo e experiência, vale lembrar que his-



toricamente os grandes saltos na nossa economia ocorreram como respostas às crises. Foi na década de 1930 que demos o início à industrialização, dada a *debacle* do café. Na década de 1980 o desafio foi responder à elevação dos preços do petróleo e dos juros no mercado internacional; nos anos 1990, à abertura comercial e financeira em tempos de globalização, necessidade de modernizar o Estado, e à estabilização dos preços.

Experiência, portanto, não nos falta. O problema é que quando aprendemos as respostas, mudamos as questões e estamos diante de novos desafios, complexos, mas não insolúveis. Se não há alternativas indolores e fáceis, por outro lado, não há porque ficar refém de paradigmas que já se mostraram insuficientes para fazer frente ao novo. Vamos ter que ter coragem e determinação para mudar convicções, mesmo que isso desagrade ao senso comum.

O dólar mais próximo de R\$ 4 é mais realista do que o nível de um ou dois anos atrás. Vejo a des-



valorização do real como oportunidade para fortalecer a produção doméstica e exportações. As decisões na área produtiva tem um *timing* mais lento do que no setor financeiro, no qual geralmente se aperta uma tecla e muda-se de posição de aplicações. Câmbio é uma condição necessária, porém insuficiente quando se tem um quadro como o de agora: baixa expectativa de demanda, juros estratosféricos e políticas industriais instáveis. O ambiente não favorece a produção, mas as aplicações financeiras.

A alta da Selic não se justifica. Primeiro porque a inflação de 2015 é tópica, decorrente da correção de preços administrados (basicamente combustíveis, tarifas de

transporte e energia) e da desvalorização do real. Portanto é uma inflação de custos, e não de demanda, que justificasse uma elevação de juros. Segundo, todas as projeções de inflação, inclusive do mercado financeiro, apontam para uma inflação entre 6 e 7% para 2016. Isso aponta para um juro real (Selic – inflação projetada) da ordem de 7% ao ano (!), contra juros reais abaixo de zero ou muito baixos em muitos países.

Uma das consequências das elevadas taxas de juros praticadas é o custo da rolagem da dívida pública, que deve superar 9% do PIB, algo próximo de R\$ 550 bilhões. De fato é preciso baixar os juros. Para que isso seja bem-sucedido e

sustentável, é preciso mudar algumas questões econômicas, como rever o regime de metas de inflação, desindexar a economia, mudar a estrutura dos títulos da dívida pública, mas também questões culturais. Tornamo-nos uma sociedade de rentistas. Mesmo os que não são rentistas pensam e agem como tal, o que cria uma resistência à redução dos juros.

Há uma questão mais estrutural, nas palavras do mestre Celso Furtado: vivemos, sob este ponto de vista, uma “construção interrompida” (título do seu livro de 1992, *Brasil – A Construção Interrompida*). Ou seja, há trinta anos evoluímos na democracia, mas perdemos a capacidade de, como na-

ção, elaborarmos e viabilizarmos um Projeto Nacional. Nossa jovem democracia precisa ser preservada e aperfeiçoada. É preciso que as forças vivas da nação concentrem sua energia na reconstrução e implementação de um projeto, visando ao desenvolvimento. Não basta a agenda de curto prazo, muito disseminada por analistas do mercado financeiro e seus simpatizantes, mas medidas mais perenes, políticas de Estado, sem as quais o desejado desenvolvimento não se viabilizará.

\* É professor doutor e coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP. Foi presidente da Sobeet, do Corecon-SP e do Co-fecon. Site: [www.aclacerda.com](http://www.aclacerda.com).



# O preço da disciplina

Victor Leonardo de Araujo\*  
Denise Lobato Gentil\*\*

**S**em tergiversações, é necessário afirmar que a Presidenta Dilma Rousseff tem total responsabilidade pela crise econômica que hoje assola o País. Contudo, as razões que apontamos são distintas das que usualmente aparecem no noticiário: não é a “irresponsabilidade” fiscal, nem a “gastança”, tampouco a opção pela “nova matriz macroeconômica” que provocaram a crise – muito embora a política macroeconômica tenha tido seus descaminhos durante seu governo.

O tripé relevante para compreender a crise atual não é o da gestão da macroeconomia – regime de metas de inflação, câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais e metas de superávit primário – mas sim o da gestão do modelo econômico liberal. Os críticos da “nova matriz macroeconômica” queixam-se da alteração do tripé macroeconômico durante o primeiro governo Dilma. Entretanto, o tripé composto pelas privatizações, abertura comercial e integração com os mercados financeiros globais permaneceu inalterado e foi aprofundado.

Mas foi nesta última pata do tripé – a integração com os mercados financeiros globais – que os efeitos foram mais devastadores. A obtenção do grau de investimento, em 2008, trouxe ao País uma enxurrada de dólares que, se por um lado contribuiu para o acúmulo de reservas internacionais, por outro induziu elementos de enorme volatilidade econômica, porque o acúmulo de passivo externo de curto

prazo traz uma volatilidade potencial à economia, que, para manter os capitais externos, deve seguir a rígida disciplina imposta pelos seus operadores. O preço da desobediência é a fuga de capitais.

Mas a obediência também custa caro: requer o abandono da soberania na condução da melhor política econômica para os rumos do País, em um claro *trade-off*, já que nem sempre os interesses dos credores são compatíveis com o da geração de empregos, renda e desenvolvimento econômico. Sob cenário de menor passivo externo de curto prazo, ou de alguma regulamentação que iniba esses fluxos de capitais de curto prazo, ao menos parcialmente, seria possível ao governo brasileiro administrar a desaceleração econômica em curso desde 2012, responsável pela forte redução da arrecadação tributária e pelo déficit primário de 0,6% do PIB em 2014.

É bem verdade que a política de desonerações fiscais realizada pelo governo Dilma também provocou queda da arrecadação, sem que isso gerasse uma resposta mais contundente no nível de atividade. O problema é que, no momento em que a economia brasileira entrou em recessão, o Estado brasileiro viu-se impossibilitado de comandar a reação econômica por meio do gasto e do investimento público, porque permaneceu sob a ameaça das agências de classificação de risco de retirar o grau de investimento e provocar uma crise cambial. Esta ameaça já desvalorizou a taxa de câmbio em mais de 46% entre janeiro e dezembro de 2015 e colocou a inflação em patamar de dois dígi-

tos. O aumento da taxa de juros, em curso desde 2012, mostrou-se incapaz tanto de conter uma inflação notadamente de custos – porque além da desvalorização cambial, o governo também autorizou um “tarifaço” –, como de conter a desvalorização cambial. Os juros elevados têm provocado como único efeito a deterioração das finanças públicas, que terminaram 2014 com déficit nominal equivalente a 6,6%, e que imporá a 2015 um total de despesas financeiras superior a 9% do PIB.

A resposta do governo brasileiro, covardemente, não é a redução das despesas financeiras, mas sim das despesas primárias, ou um “ajuste fiscal” que procura acomodar no orçamento mais espaço para as despesas financeiras, comprometendo as despesas primárias e o funcionamento da máquina estatal. Só que o “ajuste fiscal” agravou a crise econômica, colocando a economia brasileira numa espiral recessiva que reduz ainda mais a arrecadação. Entre janeiro e outubro deste ano, a despesa total foi reduzida em 3,3%, ao passo que a arrecadação caiu 5,8%, em termos reais.

Circunstancialmente, a superação da crise requer que o Estado brasileiro retome sua capacidade de comandar o gasto público, o que exige, acima de tudo, uma forte redução das despesas financeiras e, portanto, a escolha de um novo *mix* de política macroeconômica que priorize a retomada do crescimento. A redução da taxa Selic é condição essencial para o reequilíbrio das contas públicas, mas não é a única. O Estado brasileiro assumiu o ônus do processo de ajus-





te do setor privado sob diversas formas: assumiu o prejuízo do setor privado endividado em dólar, oferecendo proteção por meio das operações de *swap* cambial, pelas quais já acumula um prejuízo de R\$ 120 bilhões de janeiro a setembro deste ano; assumiu o ônus do ajuste do setor privado nos programas de desonerações fiscais em curso desde o primeiro mandato da Presidenta Dilma; e assumiu o ônus de vários subsídios creditícios ao setor produtivo que não surtiram o efeito desejado em termos de retomada do crescimento econômico.

É necessária uma ampla revisão da política de subsídios ao setor produtivo. A recuperação da arrecadação obtida por este caminho deve ser direcionada para viabilizar a correção da tabela do imposto de renda – há muito tempo defasada – o que daria uma folga na renda dos assalariados e daria novos e importantes estímulos à economia. Desta forma, a tro-

ca de subsídios e isenções ao setor produtivo por correção da tabela do imposto de renda equivaleria a trocar aumento de lucro dos empresários, não convertidos em investimentos ou ampliação da produção e dos empregos, por mais consumo das famílias, convertidos em ampliação da demanda por bens e serviços, dando um necessário fôlego adicional à economia combatida pela crise.

Pelo lado das receitas, o melhor ajuste fiscal é aquele que privilegia a retomada do crescimento da atividade econômica, que sempre vem acompanhado da expansão da arrecadação de impostos, taxas e contribuições. Mais do que nunca, contudo, a reforma tributária deve retornar à agenda, especialmente pelo tema da progressividade. A tributação de dividendos distribuídos a acionistas, que no Brasil são isentos, renderia ao governo federal arrecadação superior à CPMF, segundo estudos dos economistas Sér-

gio Gobetti e Rodrigo Orair. O imposto sobre grandes fortunas, previsto pela Constituição Federal de 1988 e até hoje não regulamentado, também deve ser incluído na agenda. Por princípio, o ônus do ajuste das contas públicas deve recair sobre os segmentos da sociedade com menor propensão marginal a consumir, para preservar o nível da atividade econômica. Priorizando-se a tributação dos ricos, seria possível um ajuste fiscal sem comprometer o funcionamento da máquina estatal, já estrangulada pela redução de despesas em custeio e investimento realizadas ao longo de todo o ano de 2015.

Finalmente, é salutar, mas ainda insuficiente, o processo de renegociação dos indexadores das dívidas dos estados e municípios com a União, anunciado nos últimos dias de 2015. Salutar, porque a mudança de indexador permitirá aos entes federados mais estrangulados com os encargos

das dívidas pretéritas uma maior folga para enfrentar o cenário de crise econômica e redução da arrecadação. Insuficiente, porque os encargos com a dívida ainda continuarão a estrangular seus orçamentos. A mudança dos indexadores deve ser o início, e não o término, de um processo de renegociação mais amplo, que deve seguir adiante, prevendo redução de taxas e carências, neste último caso, especialmente durante os momentos de desaceleração econômica. Com efeito, as máquinas estaduais e municipais, igualmente estranguladas, poderiam ser destravadas, evitando penalizar os usuários dos serviços públicos, compostos, em sua maioria, por trabalhadores e trabalhadoras.

\* Victor Leonardo de Araujo é professor da Faculdade de Economia da UFF. E-mail: victor\_araujo@terra.com.br

\*\* Denise Lobato Gentil é professora do Instituto de Economia da UFRJ. E-mail: deniselg@uol.com.br





# O desenvolvimento travado

A. Sérgio Barroso\*

*“O problema crucial dos países subdesenvolvidos é o aumento considerável dos investimentos, não a fim de gerar uma demanda efetiva – como é o caso numa economia desenvolvida mas com subemprego – mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável para o rápido crescimento da renda nacional” (Kalecki, 1983).*

## Desinvestimento x Desenvolvimento

Desde logo, no Brasil de agora, centralmente vê-se que a sentença de Kalecki teima em reiterar os limites do subdesenvolvimento, ainda que países periféricos tenham constituído parques industriais robustos. Por aqui a taxa de investimento no terceiro trimestre de 2015 foi de 18,1% do PIB, inferior à do mesmo período de 2014 (20,2%) e a menor para o período desde 2007, quando foi de 18,8%.

Observe-se, no entanto, que Michael Roberts demonstra que a queda da taxa de investimento é fenômeno global, inclusive anterior à crise global iniciada em 2007-2008. Nas seis grandes economias de renda mais alta (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália) não houve “excesso de poupança” (ou de lucros das empresas não financeiras), como argumenta o arrogante liberal Martin Wolf, como causa da crise: “em geral houve escassez de investimento”, diz Roberts (2015), excetuando-se o Japão – e China, acrescentamos. Sim: à exceção da China, uma “economia desenvolvida, mas com subemprego”, como diz Kalecki.

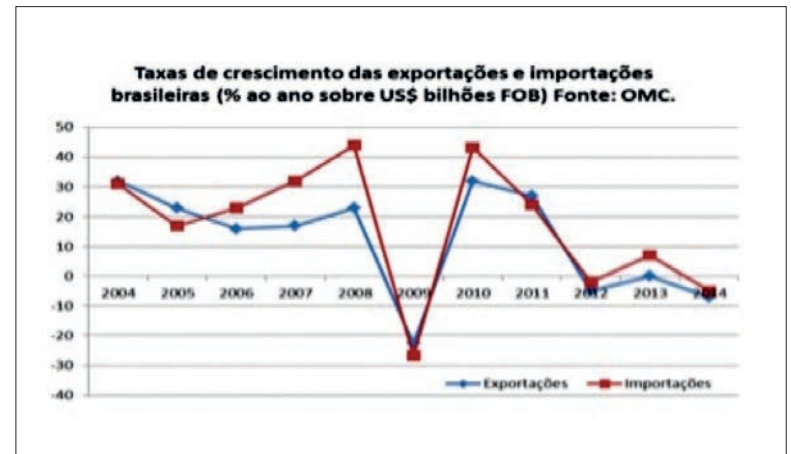
Com efeito, sabe-se que a China manteve taxas de investimento de até 45% do PIB, contra-atacando a maré revolta da “globalização financeira”, o que transformou Xangai no maior centro industrial do mundo!

E recorde-se sempre: de acordo com as teorias do desenvolvimento no capitalismo, o desenvolvimento pode ser entendido como: a) o resultado de um prolongado processo de crescimento econômico; b) junto a elevado aumento da produtividade média e dos salários reais; c) com aceleração da taxa de investimento para diversificar a estrutura produtiva e o emprego. É isso que intensifica a industrialização e a urbanização, e exige mudanças progressistas das estruturas sociais e políticas do país.

## Desindustrialização

Entre nós, o processo de desindustrialização é frequentemente assinalado como sendo parte integrante da “especialização regressiva”, notadamente nos anos 1990 (abertura comercial e financeira), derivando ainda da interpretação que: a) o Brasil construiu uma matriz industrial complexa; b) a trajetória da industrialização gerou uma balança comercial estruturalmente deficitária para bens de alto conteúdo tecnológico; c) o que teve como vetor essencial políticas de longos ciclos de valorização cambial, associados ao endividamento externo e aos déficits em conta corrente e baixo crescimento econômico.

Ora, segundo a Fiesp (maio/2015), em 10 anos a indústria de transformação brasileira perdeu sete pontos percentuais (cerca de



40%) de participação no PIB, evidenciando um grave e acelerado processo de desindustrialização. Em 2014 a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro foi de somente 10,9%, contra 17,9% em 2004. A Fiesp estima ainda que em 2015 a participação da indústria de transformação no PIB será de apenas 10,6%, nível semelhante ao de meados da década de 1950 – antes de diversos setores importantes da indústria brasileira serem desenvolvidos.

Simultaneamente, estudos de Davi Kupfer indicam que o setor de serviços já alcança cerca de 60% da mão de obra ocupada. A redução do crescimento médio anual do PIB per capita, de 4,1% entre 1950 e 1980 para 0,9% de 1981 a 2014 – inferior a 1% ao ano, comprova a desestruturação no período.

Assim, olhando-se de 1980 para cá, a participação da indústria no PIB caiu de 28% para 9%; a participação das exportações de manufaturados nas exportações totais caiu de 62% em 1990 para 35% em 2014. Em 2014, as exportações representaram 11,5%

do PIB. Foi o sexto menor percentual entre 150 países analisados, segundo dados do Banco Mundial. O Brasil só ficou à frente de Afeganistão, Burundi, Sudão, República Centro-Africana e Kiribati. E bem abaixo da média global de 29,8% do PIB.

Ocorre ainda que projeções não oficiais advogam que a produção industrial do país vai encolher 8,5% no acumulado de 2015 e 3,4% no próximo ano.

## Kaldor, Furtado e a regressão neoliberal

Na conceituação de Nicholas Kaldor (1966) acerca da relação entre mudança estrutural e desenvolvimento econômico, no longo prazo, o crescimento econômico de um país está fortemente associado ao tamanho relativo e à diversificação de sua indústria manufatureira. Esta indústria é o motor da produtividade da economia, porque pode gerar inovações e difundir os transbordamentos tecnológicos para o restante do sistema econômico.

Noutro ângulo, pesquisadores consideram que, quando se atinge maturidade, a indústria de trans-



formação diversifica sua estrutura, onde os bens de capital (máquinas, equipamentos e instalações) atingem entre 30% e 40% de seu produto (Cano, 2011). Assim há indução e exigência de enorme crescimento e diversificação dos serviços no comércio, transportes, finanças, saúde, educação e outros.

Por sua vez, Furtado escreveu em *Brasil: a construção interrompida*: num país em formação como o Brasil, o domínio dos interesses da grande empresa transnacional na lógica do ordenamento econômico poderia apontar para a inviabilização do país como projeto na-

cional (Furtado, 1992). Seis anos depois sentenciava Furtado: “Sim. O processo de construção da economia brasileira foi interrompido, aparentemente porque se acreditou que a globalização exigia essa interrupção” (Furtado, 1998, p. 14). Aduziu a seguir que nos encontrávamos numa situação de “completa falta de percepção histórica. Nosso país estava em construção, e essa construção foi abandonada”, sublinhou (idem, 1998, p. 20).

### A involução atual

Evidencia-se a reprimarização da pauta exportadora brasileira, no processo marcado pela perda de participação da indústria de transformação nas exportações em favor do aumento da participação da agricultura e da indústria extrativa. Em 2014, a participação das exportações da indústria de transformação foi de 61,6% das exportações totais, ao invés dos 78,2% registrados em 2006.

Houve avanço dos setores intensivos em recursos naturais e de baixa tecnologia na pauta exportadora da indústria de transformação. Tais setores corresponderam a 38,4% da pauta exportadora da indústria de transformação em

2014 (avanço de 9% na participação apresentada em 2006). Os setores intensivos em recursos naturais e de baixa tecnologia foram responsáveis por 69,7% do aumento das exportações da indústria no período 2014-2007.

Tal involução torna o país mais dependente dos preços internacionais das commodities e reforça sua vulnerabilidade aos “choques negativos externos”. Enquanto isso, as importações da indústria de transformação aumentaram cerca de quatro vezes mais do que as exportações entre 2014-2007, concentrando-se principalmente nos setores intensivos em escala e de média e alta tecnologia.

### Considerações finais

Nos marcos regressivos ao desenvolvimento, na globalização neoliberal-financeira, configuram-se simultaneamente grandes mudanças tecnológicas, propiciando atingir nova etapa da automação na nanotecnologia, na robótica, na inteligência artificial, nos novos padrões energéticos, na neurociência, nos novos materiais, em novos processos de organização da produção.

A intensificação da concor-

rência em nível global significou para as empresas líderes uma estrutura mais flexível e mais focada no domínio e controle sobre ativos intangíveis (softwares; licenças; marcas patentes, direitos autorais; direitos de exibição de filmes), ao mesmo tempo em que parte considerável das atividades produtivas mais commoditizadas foram segmentadas, externalizadas e transferidas para países em desenvolvimento, especialmente na região asiática.

Noutras palavras, mudanças para uma política macroeconômica adequada (cambial pró-crescimento, monetária e fiscal), no curto prazo, associadas à retomada de uma política industrial, científica e tecnológica de longo prazo, ainda assim terão que se defrontar com as mudanças no capitalismo global. É preciso redefinir e reforçar ainda a ampliação dos horizontes de integração produtiva e de comércio exterior com a América do Sul (não apenas com o Mercosul).

\* É médico, doutorando em Economia Social e do Trabalho (Unicamp) e diretor de estudos e pesquisas da Fundação Maurício Grabois.

### Bibliografia consultada

- Barroso, A. S. “Desenvolvimento e desindustrialização”, Princípios, edição 85, junho, 2006.
- Cano, W. “A desindustrialização no Brasil”, Unicamp, Textos para a discussão, dezembro 2012.
- FIESP, janeiro 2015, “Desempenho do saldo comercial brasileiro”, José Ricardo R. Coelho, vice-presidente da FIESP.
- Furtado, C. “Brasil: a construção interrompida”. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. \_\_\_\_\_. “Há um risco de ingovernabilidade crescente”. Entrevista de C, Furtado, in: *Visões da crise*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1998
- Hiratuka, C. / Sarti, F. “Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate” - Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 255, jun. 2015) file:///C:/Users/aloi/Downloads/TD255%20IEDI. “Manufaturas: O Brasil está se tornando um exportador marginal”, novembro de 2015.
- Kalecki, M. “A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas”, in: “Crescimento e ciclo das economias capitalistas”, ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Miglioli, Hucitec, 1983, pp. 133-140.
- Roberts, M. “Exceso de ahorro o escasez de inversión?”, 21/11/2015, ver: <http://www.sinpermiso.info/textos/exceso-de-ahorro-o-escasez-de-inversion>

# 2016: decifra-me ou te devoro

O ano de 2016 será decisivo para cidade do Rio de Janeiro: além da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, serão realizadas eleições municipais para o período 2017-2020. A atual gestão encerra um ciclo que se iniciou em 2009, completando oito anos à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro. Através do balanço desse período, discutiremos as perspectivas da cidade, observando os impactos das Olimpíadas, da crise econômica e da política de austeridade fiscal do governo federal nas finanças municipais.

Os dados de 2009-2014 são da Prestação de Contas, corrigidos segundo o IPCA acumulado de outubro de 2015, enquanto os dados de 2015 e 2016 são as projeções feitas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 e no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2016.

## Perspectivas cariocas

A partir de 2009, verifica-se um constante aumento no orçamento realizado, inclusive para 2015 (de 13% da receita em relação a 2014). Entretanto, a arrecadação acumulada até outubro de 2015 foi de R\$20,9 bilhões<sup>1</sup>, indicando que provavelmente não se atingiu o valor projetado de R\$30,2 bilhões. A previsão da prefeitura para 2016 também é de um aumento na arrecadação, atingindo o total de R\$ 30,9 bilhões. O gráfico 1 evidencia o crescimento.

Dentre as arrecadações, vale destacar as transferências de convênio que, possivelmente, não alcançaram a meta estipulada para 2015, pois, até outubro do

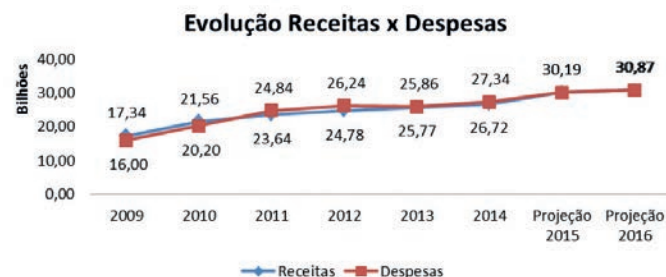
ano passado, esse recurso atingiu o valor de R\$ 630 milhões. Apesar de maior que nos anos anteriores, o montante dista da previsão de R\$ 2,3 bilhões, dos quais R\$ 2,2 bilhões seriam provenientes da União. Ao passo que, para 2016, a expectativa é de arrecadar R\$ 1,1 bilhão com a União. A partir do gráfico 2, constata-se o peso dos recursos transferidos pela União e Estado: 29% da receita municipal depende dessas transferências.

Vale ressaltar que o ano de 2010 foi atípico pelo empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)<sup>2</sup>; assim, os recursos de operações de crédito atingiram, aproximadamente, R\$ 1,9 bilhão, tanto em 2010 quanto em 2011. Em 2014 foram realizados novos financiamentos também no montante de R\$ 1,9 bilhão, dos quais R\$ 1,2 bilhão foi em contrato firmado com o BNDES<sup>3</sup> destinado a obras de infraestrutura urbana. Já para 2015, a expectativa era de financiamentos no valor de R\$ 2,5 bilhões; até outubro, atingiu-se o valor de R\$ 1,4 bilhão. Para 2016, a previsão dos financiamentos retoma o montante de R\$ 1,9 bilhão. O gráfico 3 ilustra a variação.

## A sutil modificação do perfil das despesas

O grupo de despesa (natureza econômica) de maior crescimento foi em Outras Despesas Correntes (despesas com a manutenção da máquina administrativa), que dobraram no período 2009-2012. E o destaque vai para as terceirizações, vide o aumento nas "Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos", princi-

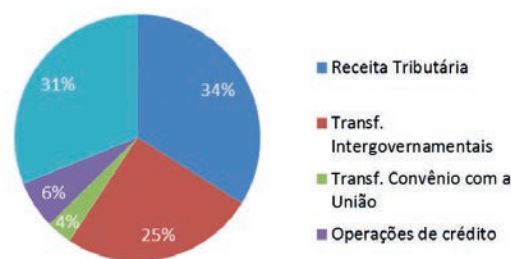
Gráfico 1



Fonte: Prestação de Contas 2009 - 2014; Lei Orçamentária Anual 2015; Projeto de Lei Orçamentária Anual 2016.

Gráfico 2

## Peso das principais receitas para 2016



Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual 2016.

palmente no Fundo Municipal de Saúde, fato decorrente da mudança de gestão a partir das Organizações Sociais<sup>4</sup>. Já os gastos com Pessoal e Encargos Sociais vêm sofrendo constantes elevações, e espera-se que atinjam o valor de R\$ 15,6 bilhões em 2016 – aumento de 13% em relação a 2015, o maior desde 2011.

O grupo de despesa que mais variou foi o de Investimentos. Em 2009, seguindo a velha política de contenção do ritmo dos investimentos da gestão anterior, o patamar foi muito abaixo da média do período. Nos outros exercícios o patamar triplicou e a previsão para 2015 era de se atingir o montan-

te de R\$ 6,3 bilhões, um aumento de 56,4% em relação a 2014! Contudo, para 2016, a expectativa é de uma redução de 16%, caindo para R\$ 5,3 bilhões, um valor ainda elevado comparado ao período anterior. O gráfico 4 é elucidativo.

Acredita-se que toda essa variação nos investimentos se deve à realização dos grandes eventos esportivos, sobretudo em mobilidade urbana. Um exemplo é a projeção de investimentos para esse ano, na qual a função governamental Urbanismo irá receber 53,4% dos recursos, aproximadamente R\$ 2,8 bilhões, bem superiores às funções Educação e Saúde, que receberão 12,7% e 2,5%, respectivamente.

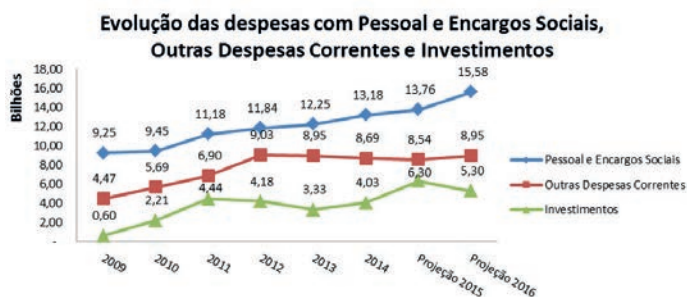


Gráfico 3



Fonte: Prestação de Contas 2009 - 2014; Lei Orçamentária Anual 2015; Projeto de Lei Orçamentária Anual 2016.

Gráfico 4



Fonte: Prestação de Contas 2009 - 2014; Lei Orçamentária Anual 2015; Projeto de Lei Orçamentária Anual 2016.

## Os impactos dos Jogos Olímpicos

Dentre as obras em mobilidade urbana a partir de 2009, a que mais se destaca é a construção da Transolímpica. Além de levar no nome o legado dos Jogos, já custou aos cofres municipais mais de R\$ 1,9 bilhão até o ano de 2015<sup>5</sup>, e com o que se pretende investir em 2016 chegará a mais de R\$ 2,8 bilhões, ultrapassando a previsão inicial de R\$ 2,3 bilhões.

As outras "Trans" (Transoeste, a Transcarioca e a Transbrasil) tiveram juntas uma despesa, até o ano de 2015, de aproximadamente R\$ 4,2 bilhões, sendo a Transoeste com R\$ 1,2 bilhão, a Transcarioca com R\$ 2,7 bilhões e a Transbrasil com R\$ 261 milhões. Para 2016 a previsão é de que ainda sejam necessários R\$ 416 milhões para a con-

clusão dessas obras, sendo a maior parte destinada à Transbrasil, que deverá ter uma despesa de 86,2% desse valor, com o restante praticamente todo destinado à Transoeste, visto que no Projeto de Lei Orçamentária estão indicadas apenas duas janelas orçamentárias<sup>6</sup> de R\$ 1 mil para a TransCarioca.

Outra obra de vulto é o Veículo Leve sobre Trilhos, que ainda prevê uma despesa de aproximadamente R\$ 234,3 milhões para esse ano. Esse valor corresponde a 82,1% de tudo que foi gasto desde o início da obra, em 2013. O fato a ser questionado é que, segundo a matriz de responsabilidades dos Jogos Olímpicos, todos os recursos para a execução das obras do VLT seriam da esfera federal e do setor privado; porém, um investimento de R\$ 41,1 milhões está

previsto no orçamento para 2016.

As obras de revitalização da zona portuária do Rio – Porto Maravilha – apresentaram uma despesa de R\$ 1,1 bilhão até o ano de 2015 e ainda se prevê uma despesa de quase R\$ 125 milhões para o término das obras. Outras despesas relevantes no orçamento relacionadas aos Jogos aparecem no programa Grandes Eventos Esportivos, que até 2015 custou R\$ 383 milhões, com mais R\$ 291 milhões previstos para 2016.

Importante ressaltar também os investimentos na construção de complexos esportivos, como o Parque Olímpico, sede de dezesseis modalidades olímpicas e nove paralímpicas, e o Complexo Esportivo de Deodoro, sede de onze modalidades olímpicas e quatro paralímpicas, que estão recebendo recursos de diversas esferas. Para a conclusão das obras do Parque Olímpico, está prevista para 2016 uma despesa de R\$ 283,3 milhões, aproximadamente 20,4% de todas as despesas com o programa até 2015. Já as obras do Complexo Esportivo de Deodoro foram concluídas em 2015.

Por outro lado, o que se vê ao longo do tempo é uma estagnação dos investimentos destinados ao desenvolvimento do esporte e lazer na cidade. Desde 2009, os gastos previstos e executados não apresentam grande alterações e possuem em mé-

dia R\$ 34,3 milhões por ano, 2016 incluso. Uma contradição que reforça o questionamento do por que sediar um grande evento esportivo.

## Considerações Finais

A trajetória financeira da prefeitura carioca desde 2009 demonstra relativa dependência da arrecadação municipal das transferências da União e do Estado. Assim sendo, e com a atual política de austeridade fiscal do governo federal, já em 2015, percebem-se impactos negativos nas finanças municipais, não se atingindo, presumivelmente, algumas metas de arrecadação. A tendência é que esse cenário se mantenha ou se agrave para 2016. Por outro lado, não observamos nenhum efeito significativo direto da crise econômica nas contas do município<sup>7</sup>.

O que complica mais as perspectivas municipais é o fato de que os altos investimentos realizados, em grande parte, foram através de endividamento. Além do que, a maior parte desses investimentos está voltada para infraestrutura e renovação urbana, sobretudo por conta da Rio/2016. Tal priorização acaba comprometendo, em termos, os serviços públicos de outros setores. Em tempo: muito dos "gastos olímpicos" são destinados para as empreiteiras – todas altamente comprometidas em investigações sobre corrupção.

1 Resultados de outubro/2015, Balanço Orçamentário da Controladoria Geral do Município.

2 Mais informações JE Nov. 2015.

3 Segundo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

4 Mais informações JE Fev. 2013.

5 Todos os dados de 2015 dos Programas relacionados aos Jogos Olímpicos foram retirados do Rio Transparente em 11 de dezembro de 2015.

6 Janela orçamentária - Destinação de recursos na lei orçamentária, em valor significativamente inferior ao custo da ação correspondente, com a finalidade de viabilizar futuras suplementações.

7 Mais informações JE Nov. 2015.

# 1964, um golpe de classe contra o Brasil

Carlos Tautz\*

**A**inda está dando os seus primeiros passos a compreensão histórica de que grupos econômicos, tanto os instalados no Brasil quanto aqueles sediados em outros países, tiveram papel central no planejamento e execução do golpe que a elite militar operou no Brasil em 1964, contra João Goulart, presidente constitucionalmente eleito.

O ponto máximo do avanço a que atingem alguns historiadores e a imprensa generalista é admitir que o golpe, em verdade, teria sido de ordem civil-militar, como que diluindo e deixando amorfa a participação de frações da sociedade civil no mero apoio aos militares golpistas. Isso mostra que serão ainda necessárias muitas mais pesquisas acadêmicas, documentais, investigações jornalísticas e, até, produções literárias e cinematográficas para que finalmente se inscreva no senso comum da sociedade brasileira que, em verdade, o golpe de 64 teve contornos e enquadramentos do que a literatura oficial nos permite saber.

Ressalte-se, entretanto, que desde 1973 o jornalista Marcos á Corrêa já denunciara o apoio militar dos EUA ao golpe, naquela que ficou conhecida como Operação Brother Sam, superando a noção generalizada que a deposição e Jango teria sido uma iniciativa exclusiva dos militares golpistas no Brasil.

Porém, o grande marco nos estudos sobre a dedicação de empresários ao planejamento de uma nova economia no Brasil, pós-Jango, no sentido de aprofundar



a acumulação capitalista no País e, assim, definir o caráter de classe da ditadura que sobreveio ao movimento golpista foi o clássico *1964: A Conquista do Estado* (Vozes, 1981).

Na obra, o cientista político uruguaio e professor de ciência política da Universidade Federal Fluminense (UFF) René Armand Dreifuss investiga a atuação do IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais nos anos imediatamente anteriores ao golpe. Dreifuss descobre que, ali, as elites empresariais e militares do Brasil produziram ao mesmo tempo uma vastíssima campanha de comunicação pública para desmoralizar Jango, desenvolveram estudos e prepararam quadros que assumiram a tecnoburocracia estatal e implementaram políticas públicas concentradoras de renda que definiram a inflexão de classe no Brasil.

## Em 2014, aos 50 anos do golpe, mais estudos reafirmam o papel dos grupos econômicos na ditadura

Em 2014, por conta do emblemático aniversário de 50 anos do golpe e da implantação da ditadura começam a vir à tona – muito em função da atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pelo governo federal três anos antes, vários coletivos de pesquisa se organizaram. Aquela que produziu o resultado mais efetivo até o momento foi o Grupo de Trabalho criado no âmbito da CNV e integrado mormente por sindicalistas paulistas para investigar a participação de empresas na repressão a trabalhadores e militantes sindicais.

Assim, o primeiro alvo da representação que sindicalistas fizeram ao Ministério Público Federal

em São Paulo em 26 de setembro foi a Volkswagen do Brasil. No chamado de 56 páginas, o grupo – que integrou Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores, às Trabalhadoras e ao Movimento Sindical, da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – denunciou ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Estado de São Paulo, Pedro Antônio de Oliveira Machado, a cumplicidade entre a montadora sediada na Alemanha e o Estado brasileiro em gravíssimas violações de direitos humanos cometidas entre 1964 a 1985.

Foi a primeira vez que, no Brasil, uma empresa se viu formalmente denunciada por cometer, em um ambiente ditatorial, perseguições, demissões com e sem justa causa e, até, prisões ilegais e entrega de seus funcionários ao temido Departamento de Ordem

Política e Social (DOPS), onde pontificou o delegado Sergio Paranhos Fleury, um dos principais torturadores da ditadura implantada em 1964.

O alcance do ato dos sindicalistas, entretanto, vai muito além de responsabilizar a VW por ter espionado seus próprios funcionários, atendendo a orientações do governo federal, do governo do Estado de São Paulo e dos esquemas paralelos de repressão política.

Tanta dedicação da Volkswagen ao regime lhe valeu, poucos anos depois, entre várias outras benesses disfarçadas de políticas públicas, um financiamento de quase R\$ 400 milhões – a juros subsidiados. O objetivo era usar os aportes da então Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e organizar no Pará uma enorme fazenda de 140 mil ha para criação de gado. A empreitada faraônica resultou em dezenas de assassinatos de trabalhadores rurais e até na aplicação de agente laranja – arma química utilizada na Guerra do Vietnã – para queimar mais de cinco mil hectares (equivalentes a cinco mil campos de futebol) de floresta nativa, como veremos adiante.

Na avaliação do professor da Universidade de Florença, Antoine Acker, “a VW se preocupa primeiramente com seus negócios, ela é flexível politicamente. A companhia também teve excelentes relações com os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e o ex-presidente da empresa, Wolfgang Sauer, em sua biografia, em 2012, chega a saudar o ex-presidente Lula”, observa ele, cuja tese de doutorado explora justamente a atuação da empresa no Brasil.

“Quando chegaram ao poder em 64, os golpistas se ofereceram

para solucionar as coisas que mais preocupavam a VW no governo de Goulart: instabilidade política, uma infraestrutura ainda subdesenvolvida, altas taxas de inflação e a crescente influência dos sindicatos de trabalhadores. O clima econômico pesou mais do que a violência de Estado que mantinha essa nova ordem econômica. Além disso, existiam relações de amizade entre executivos da VW e vários membros importantes dos governos de Médiçi e Geisel”, explica Acker.

Em pesquisas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, os sindicalistas também encontraram documentos que comprovam o empenho e a integração da Volks ao enorme aparato repressivo que a ditadura aplicou no Brasil para garantir a integridade do que Acker chamou de “clima econômico”.

Foram instituídas Divisões e Assessorias de Segurança Interna em estatais, órgãos e universidades públicas e, como se vê, também com extensões a empresas privadas. Tudo para adequá-las ao sistema de terror oficializado e decisões da cúpula militar como o Ato Institucional Número 5 (AI-5), editado em dezembro de 1968, a Diretriz Presidencial de Segurança Interna, de março de 1970, e o Planejamento de Segurança Interna, de outubro do mesmo ano.

Essas informações agora trazidas à luz convergem com a revelação do pesquisador Manfred Grieger, chefe do Departamento de História Corporativa da Volkswagen da Alemanha. Perguntado sobre os critérios adotados pela filial brasileira para contratar em 1969 o controverso coronel aposentado Adhemar Rudge – sobre quem vamos falar à frente – para trabalhar na plan-

ta de São Bernardo do Campo, Grieger admitiu: “Adhemar Rudge entrou na Volkswagen do Brasil como chefe do departamento de segurança no final dos anos 60, após o regime militar ter instruído as empresas a preencher seus departamentos de segurança como oficiais aposentados como o coronel Adhemar Rudge”.

A se notar, o emprego do verbo “instruir”.

Grieger continua: “O regime militar queria entrar nas estruturas econômicas porque acreditava que o Partido Comunista e outras organizações de esquerda tinham bases dentro de grandes plantas”.

E completa, com uma frase importante para comprovar a adequação de interesses econômicos aos do estado ditatorial. “E, de outro lado, um representante do regime militar facilitou a comunicação com a estrutura militar”.

É isso mesmo: o coronel aposentado, indicado pelo governo para chefiar a segurança de um grande grupo multinacional era, em verdade, um representante da ditadura instalado na Volkswagen para “facilitar a comunicação” com a estrutura militar.

Note-se que naqueles tempos estava sendo montada em São Paulo, com doações dos maiores empresários do estado a Operação Bandeirantes, a Oban. Só Gastão Eduardo de Bueno Vidiagal, do extinto Banco de São Paulo teria aportado 300 mil dólares nesta estrutura não regular de repressão política, que integrava militares a policiais militares e civis. E que inspirou a posterior institucionalização nos demais estados dos Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna, os DOI-CODI, onde a tortura de presos políticos campeou.

Ouvida, através de sua assessoria de imprensa, a Volkswagen do Brasil limitou-se a, em um email intitulado “Statement” (Afirmação), dizer que “Uma ideia é talvez desenvolver um conceito de memorial em conjunto com outras instituições brasileiras, como sindicatos, e colocá-lo em prática. Queremos continuar as discussões para explorar os prós e contras a respeito dos próximos passos”.

“Não queremos calar a boca. Queremos informação. Quem fez o que, com que intenção. Onde estão os documentos?”, cobra o historiador e ex-metalúrgico Sebastião Neto, coordenador do instituto de pesquisas Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP), que ajudou a elaborar a peça apresentada ao MP.

Hoje, entretanto, já se sabe muito mais sobre o papel exercido pela Volkswagen na estrutura nacional de espionagem. Documentos encontrados por pesquisadores do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – e apensados ao relatório Final da CNV – provam que a VW também liderou a criação de um megasquema de espionagem empresarial e de aliança com serviços secretos oficiais, a começar pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

O esquema funcionou na coordenação industrial de São Paulo e reunia os maiores grupos econômicos da época. Entre outros documentos descobertos, o Informe nº.114/85AI/CTA, elaborado pelo setor de segurança do Centro Técnico da Aeroespacial (CTA, de São José dos Campos), mostra que a multinacional alemã capitaneou o Centro Comunitário de Segurança no Vale do Paraíba (Cecose-VP).

O Cecose elaborava “listas sujas”, relações de nomes e dados



funcionais dos trabalhadores que participavam de greves e reivindicações funcionais, como aumento de salários e melhores condições de trabalho. As listas eram compartilhadas entre as empresas participantes e os órgãos de espionagem.

Investigando na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, os pesquisadores do sindicato encontraram 26 informações sobre o Centro, das quais 17 são atas (algumas fornecidas por trabalhadores que pedem reparação na Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça) das reuniões do Cecose. Nove outros documentos são repasses desses relatos entre setores das Forças Armadas entre pelo menos 16 de julho de 1983 e 27 de setembro de 1985.

Nenhum documento indica o fim do Cecose após 1985, quando, formalmente, a ditadura militar terminou, com a posse do civil José Sarney na Presidência da República.

As atas apontam que os grupos econômicos integrantes do Cecose eram transnacionais (Caterpillar, Cebrace, Embraer, Ericson, FiEl, Ford, General Motors, Johnson & Johnson, Kodak, National, Phillips, Rhodia e Volkswagen), nacionais (Avibras, Confab, Engesa, FNV, Mecânica Pesada, Tecelagem Parayba, Vibasa e Villares) e estatais nacionais (Cosipa, Embraer, Petrobras e Telesp).

“No campo “Origem” das atas do Cecose, a maioria informa terem sido produzidas pela Seção de Informação da Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAer). Alguns documentos são originados na Agência de Informação do CTA, ambas ligadas ao Ministério da Aeronáutica. Após produzidas, essas informações eram difundidas principalmente aos

órgãos centrais da Aeronáutica e do regime – o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Serviço Nacional de Informação (SNI) –, alimentando todo o circuito de comando das operações realizadas nesse campo”, observa a historiadora Amanda Menconi, que integrou a equipe de pesquisadores do Sindicato dos Metalúrgicos.

“É muito importante que o MP tenha tomado essa ação”, afirma o historiador Demian Bezerra de Melo, o principal redator do texto “Civis que colaboraram com a ditadura”, integrante do Relatório Final da CNV.

“Ao jogar o holofote na colaboração e cumplicidade do setor privado com a estrutura da repressão, vai ficando cada vez evidente a natureza de classe daquela ditadura. Ao mesmo tempo, é possível observar a continuidade de práticas de repressão ao movimento dos trabalhadores, como a existência de “listas de proscritos”, que não começaram na ditadura militar, nem deixaram de existir depois do fim desta”, comenta Melo, que é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro.

Em seu texto para a CNV, ele recorda que vários dos grupos econômicos – incluindo a Volkswagen – agora acusados pe-

los trabalhadores de se associar aos governos ditatoriais conspiravam no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) para derrubar em 1964 o presidente João Goulart.

“O IPES foi fundado em 1961 por empresários nacionais e internacionais, tecnocratas de alto escalão e por militares da alta patente, em especial oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), com o apoio financeiro do governo dos EUA, para integrar os diversos grupos civis e militares em uma oposição que detivesse Goulart e seus apoiadores”, explica a psicóloga Elaine Bortone, que em seu doutorado em História estuda as maquinacões do IPES.

O procurador Pedro Antônio de Oliveira Machado não quis adiantar se dará sequência legal à denúncia dos sindicalistas. Sua assessoria disse apenas que ele está coletando informações, para decidir se pede a abertura de inquérito contra a multinacional.

Entretanto, ele já solicitou que o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) analise o documento elaborado pelos sindicalistas, como parte do que chama de Procedimento Preparatório para instauração de inquérito civil contra a montadora alemã. O Corecon-RJ integra um grupo de pesquisadores – pro-

fessores universitários, jornalistas e representantes de organizações não governamentais – que investiga as relações históricas entre grupos empresariais e governos.

O trabalho do grupo de pesquisa que se reúne no Corecon-RJ tem a participação do Instituto Mais Democracia – Transparência e controle cidadão de governos e empresas, que, assim, busca dar dimensão histórica à sua pesquisa no campo das relações entre grupos econômicos e o Estado brasileiro.

## Conclusão

Mesmo que uma certa historiografia tida como a mais aceita pela sociedade, e adotada oficialmente em livros escolares, ainda receie aceitar o caráter de classe da ditadura no Brasil, estudos recentes – que seguem a trilha aberta por René Armand Dreifuss em 1981, com o seu *1964: A conquista do Estado* – mostram o papel determinante que os grupos econômicos sediados no Brasil tiveram no planejamento e consecução do golpe e, depois, no envolvimento simbiótico que tiveram com os ilegítimos governos ditatoriais.

Nesse sentido, o caso da Volkswagen, aqui estudado, não pode ser assumido como único nem central, mas joga luzes sobre o assunto – principalmente quando o MP de São Paulo resolver abrir procedimento investigatório contra a empresa, que pode resultar em punições efetivas e de ordem pecuniária contra o grupo alemão, mas que, muito mais do que isso, significa uma cunha que abre o caminho para a punição de outros grupos e sua atuação durante a ditadura como instrumentos de opressão de classe.

\* É jornalista e coordenador do Mais Democracia



# Corecon-RJ inicia em janeiro curso preparatório para mestrados em Economia

O curso “Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec” terá 520 horas de aulas no período de 19/1/2016 a 16/9/2016. O programa tem como objetivo atualizar os conhecimentos dos economistas e de profissionais de outras áreas que almejam ingressar nos cursos de Mestrado em Economia oferecidos pelos centros acadêmicos que compõem a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

## Conteúdo Programático:

### MICROECONOMIA

**Prof. Jorge Cláudio Cavalcante de Oliveira Lima**

I. Demanda do Consumidor

1. Teoria do Consumidor
2. Curva de Demanda

II. Oferta do Produtor

1. Teoria da Produção
2. Custo
3. Curva de Oferta da Firma e da Indústria de Curto e Longo Prazos

III. Mercados

1. Concorrência Perfeita
2. Monopólio
3. Concorrência Monopolística
4. Oligopólio: 4.1 Modelos Clássicos; 4.2 Modelos de *mark-up*
5. Formação de Preços e Fatores de Produção

IV. Equilíbrio Geral e Teoria do Bem-estar

1. Troca Pura
2. Troca com Produção
3. Caixa de Edgeworth
4. Bens Públicos
5. Externalidades

V. Economia da Informação

1. Seleção Adversa
2. Perigo Moral
3. Modelo de Sinalização
4. Modelo de Principal Agente

VI. Teoria dos Jogos

1. Equilíbrio de Nash
2. Equilíbrio de Nash em Estratégias Mistas
3. Jogo Repetido
4. Equilíbrio Perfeito em Subjogos

### MACROECONOMIA

**Prof. Victor Pina Dias e Thiago de Moraes Moreira**

1. Contabilidade Nacional
2. Monetária e Fiscal
3. Modelo IS x LM x BP
4. Oferta e Demanda Agregadas e Curva de Phillips
5. Crescimento
6. Economia Aberta
7. Investimento e Consumo

### MATEMÁTICA

**Prof. André Gaglianone, Jorge Luís Cerqueira e Gilberto Gil**

1. Noção de Conjunto
2. Noções de Geometria Analítica
3. Funções

4. Álgebra Linear

5. Funções de uma variável real
6. Integrais
7. Sequências e séries
8. Matemática financeira
9. Funções de várias variáveis reais
10. Equações diferenciais e em diferenças

### ECONOMIA BRASILEIRA

**Prof. Gilberto dos Santos Carvalho**

1. A Economia Brasileira de Fins do Século XIX até a Crise de 1929
2. A Industrialização Brasileira e a Política Econômica no Período 1930-1945
3. O Pós-Guerra e a Nova Fase de Industrialização: a política econômica e o Plano de Metas
4. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas anti-inflacionárias. Política salarial. Os planos Trienal e PAEG.
5. A Retomada do Crescimento 1968-1973: desaceleração e os planos econômicos do período. A economia brasileira na década de 1970 e o II PND.
6. A crise da década de 1980. A interrupção do financiamento

externo e as políticas de estabilização.

7. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. O debate sobre a natureza da inflação no Brasil.
8. Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. O debate sobre desindustrialização. Reprimarização da economia brasileira.
9. O Papel do Estado na economia brasileira no século XX e na atualidade
10. Tópicos Adicionais.

### ESTATÍSTICA

**Prof. Jorge Cerqueira, Jesús Domech Moré e Felipe de Oliveira**

1. Números-índices
2. Probabilidade
3. Principais distribuições
4. Principais teoremas de probabilidade
5. Inferência estatística
6. Análise de Regressão
7. Introdução a séries de tempo, modelos autorregressivos, de média, móveis e mistos. Tendência, passeio aleatório e raízes unitárias.

## Agenda de cursos 2016

### Os Cenários Econômicos e os Impactos na Estratégia de Negócios

18/2/2016 a 17/3/2016  
18h30 às 21h30  
Quintas  
Carga horária: 15 horas  
Prof. João Teixeira de Azevedo Neto

### Matemática Financeira HP 12C

21/3/2016 a 20/4/2016  
18h45 às 21h45  
Segundas e quartas  
Carga horária: 21 horas  
Prof. Raul Murilo Chaves Curvo

### Matemática Financeira em Excel

22/3/2016 a 19/4/2016  
18h45 às 21h45  
Carga horária: 15 horas  
Prof. Raul Murilo Chaves Curvo

### Economia e Mobilidade Urbana Sustentável

24/3/2016 a 28/4/2016  
18h45 às 21h45  
Quartas  
Carga horária: 15 horas  
Profª. Natália G. de Moraes

### Introdução à Economia Política em Smith, Ricardo e Marx – Módulo I

5/4/2016 a 28/6/2016  
18h45 às 21h45  
Terças  
Carga horária: 39 horas  
Prof. Marco Antonio M. Coutinho

- Perícia Econômica  
31/5/2016 a 29/11/2016  
18h30 às 21h30  
Terças  
Carga horária: 69 horas  
Prof. Roque Licks

### Administração Financeira

6/6/2016 a 22/6/2016  
18h30 às 21h30  
Segundas e quartas  
Carga horária: 24 horas  
Prof. Raul Murilo Chaves Curvo

### Planejamento Econômico Avançado

28/6/2016 a 19/7/2016  
18h45 às 21h45  
Terças e quintas  
Carga horária: 21 horas  
Prof. Thiago Moraes

### Introdução à Economia Política em Smith, Ricardo e Marx – Módulo II

23/8/2016 a 22/11/2016  
18h45 às 21h45  
Terças  
Carga horária: 39 horas  
Prof. Marco Antonio M. Coutinho